

Reconhecimento e respeito à diversidade na formação em saúde a partir de uma perspectiva de justiça

Michelle Cecille Bandeira¹
Maria Clara Dias²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar um processo de formação em saúde através das lentes da justiça social, no que se refere a diversidade dos estudantes. Utilizamos uma metodologia qualitativa, através de entrevistas e grupo focal com estudantes e professores de um curso da saúde (odontologia) de uma universidade pública brasileira. Como enfoque de justiça, utilizamos a “perspectiva dos funcionamentos”. Os resultados indicam que questões de preconceito, discriminação, ausência de diversidade racial e social, desrespeito a pessoas com deficiência e ambiente heteronormativo fazem parte da formação destes futuros profissionais de saúde. Assumimos que é responsabilidade da educação universitária que se propõe a formar sujeitos éticos e socialmente comprometidos promover arranjos institucionais pedagógicos, curriculares organizacionais e políticos mais equitativos e que afirmem a diversidade, ao invés de prejudicá-la, como foi demonstrado neste estudo.

Palavras-chave: formação em saúde; teorias de justiça; justiça social

Recognition and respect for diversity in health education from a justice perspective

Abstract

This article aims to analyze the process of health education through the lens of social justice, due to the diversity of students. We used a qualitative methodology, through interviews and focus groups with students and teachers of a health course (dentistry) from a Brazilian public university. As justice approach, we use the “functioning approach”. The results indicate that issues as prejudice, discrimination, lack of racial and social diversity, disrespect to people with disabilities and heteronormative environment are part of the training of these future health professionals. We assume that it is the responsibility of higher education which aims to form ethical and socially committed individuals to promote educational institutional arrangements such as pedagogical, organizational, curricular and political that should be more equitable and that affirm diversity, rather than harm it, as demonstrated in this study.

Keywords: health education ; theories of justice ; social justice

¹ Doutora em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (UFRJ, UFF, ENSP, UERJ).

² Professora Doutora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (UFRJ).

Introdução

A literatura sobre formação em saúde é escassa de trabalhos acadêmicos sobre a temática da justiça social relacionada à diversidade, como preconceito e discriminação racial, social e de identidade ou orientação sexual. Contudo, o preconceito institucional é uma realidade no trabalho em saúde, sendo isto já documentado através de pesquisas empíricas^{1,2,3,4,5,6} e torna-se relevante compreender como estas questões estão sendo trabalhadas na formação dos profissionais em saúde. A inexistência de discussão sobre o impacto do racismo na saúde, por exemplo, apenas reforça esta prática discriminatória⁷. Da mesma forma, não existem muitos estudos problematizando a homogeneidade do alunado no que se refere à raça, etnia e condição social em cursos como odontologia e medicina (cursos de alto status social), com evidente escassez de negros e suas causas e consequências para o perfil de profissionais de saúde.

O objetivo deste estudo foi analisar um processo de formação em saúde no que se refere às questões de justiça social relacionadas à diversidade dos estudantes. Optamos por utilizar uma perspectiva de justiça para realizar as análises, de forma que pudesse servir de referência para julgar as situações que se apresentavam. Desta forma, utilizamos a perspectiva dos funcionamentos, de Maria Clara Dias, em que “funcionamentos” são estados e ações que fazem parte da identidade de um indivíduo. E cada indivíduo tem demandas específicas no que concerne a estados e ações que realiza (funcionamentos). Deste modo, a real demanda para fins morais e políticos (portanto, como critério de justiça na avaliação de ações individuais, coletivas ou institucionais) é que sejam respeitados os funcionamentos básicos (aqueles que fazem parte do núcleo identitário de cada indivíduo). Um contexto, uma situação ou uma relação tornam-se mais justos quanto mais se iguala o respeito a estes funcionamentos básicos⁸.

Aspectos metodológicos

Realizamos uma pesquisa qualitativa onde foram realizadas entrevistas em profundidade, gravadas e transcritas integralmente, com 15 estudantes e 8 professores (incluindo uma representação da coordenação de curso), além de um grupo focal com estudantes de um curso de odontologia de uma universidade pública, no ano de 2014, no estado do Rio de Janeiro. Enfatizamos que, apesar da especificidade do curso de odontologia, grande parte dos conteúdos das análises pode servir de reflexão e para que se possa chamar a atenção para o problema em outros cursos da saúde.

Para escolha dos participantes, recebemos ajuda dos próprios participantes da pesquisa que, ao final da entrevista, já conhecedores do teor das perguntas, indicavam os possíveis estudantes ou professores que poderiam dar importantes contribuições. E desta maneira, obtivemos um grupo de participantes pertencentes a grupos mais vulneráveis à discriminação ou ao preconceito, tais como pessoas de baixa classe social, de raça negra, homossexuais e estrangeiros.

Cabe pontuar aqui que o projeto desta pesquisa passou pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Parecer nº 453.649 - 06/09/2013). Aos participantes foi dado e verbalmente explicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), resguardando-se seus anonimatos e seus direito de sair da pesquisa em qualquer momento.

Desta forma, através da análise dos relatos de estudantes e professores, foram identificados os funcionamentos básicos que fazem parte da identidade moral dos

estudantes. O funcionamento “reconhecimento e respeito à diversidade” será analisado aqui, a partir situações, relações e contextos que promovem ou prejudicam as suas condições de possibilidade para alcançá-los ao longo do processo formador.

Pelo “Reconhecimento e Respeito à Diversidade” - suas condições de possibilidade para alcançá-los.

Neste estudo, utilizamos o termo “diversidade” quanto aos traços identitários que compõem uma determinada sociedade, qual seja raça, etnia, orientação e identidade sexual, gênero, religião etc. E por termos uma estrutura social que se construiu com base na discriminação e opressão de determinados grupos, os relatos extraídos desta comunidade acadêmica demonstram que é preciso ter uma convivência em diversidade de modo mais equitativo e ativo, no sentido de afirmá-la em sua prática formadora. Chamaremos isto de “condições de possibilidade” que o processo formador precisa garantir para que os estudantes possam ter suas identidades construídas com reconhecimento e respeito à diversidade.

Para fins de melhor organização, dividimos a análise em duas condições de possibilidade: 1) Respeitar e afirmar a diversidade com equidade; e 2) Estar livre de preconceitos, exclusão e constrangimentos em função dos traços identitários;

Para a garantia do anonimato dos participantes da pesquisa, utilizamos nomes fictícios.

Condição de possibilidade 1: Respeitar e afirmar a diversidade com equidade

A afirmação da diversidade se refere a ampliação igualitária dos funcionamentos dos estudantes, através do reconhecimento das diferenças, o que podemos chamar de “prática da equidade” no sentido expresso pela PROF^A. MARCIA: [...] *é você possibilitar às pessoas a elas exercerem o que elas têm de melhor [...] independente de classe social, raça, orientação sexual e outros traços identitários. Na concepção de justiça da perspectiva dos funcionamentos, significa ter uma formação que permita que todos possam exercer seus funcionamentos de forma plena, garantindo o valor à singularidade de cada um.*

Já que estamos em um lugar/processo de ensino e aprendizagem, entendemos que as oportunidades garantidas pela ampliação da diversidade não poderão se desvincular do aprender a ser um sujeito que exercita a afirmação desta diversidade na vida cotidiana do seu curso e, futuramente, de seu trabalho como profissional de saúde.

Esta prática da equidade se dá nas dimensões organizacional; da política universitária; curricular; e relacional. A dimensão relacional foi a que teve maior destaque nas entrevistas. Nesta dimensão entram os processos pedagógicos, as nuances e os padrões que estão na relação professor-estudante e entre os estudantes.

E é exatamente o que a gente vive: o cara que não é o “padrão ouro,” fica marginalizado. (PROF^A. MARCIA)

Existe um perfil de estudante, ao qual esta professora se refere como “padrão ouro”, que pode sugerir a predominância de normas sociais e culturais de um grupo sobre o outro. Baseando-se em Arouca (2009)⁹, a odontologia permanece incorporando visões de mundo e categorias de percepção de uma profissão tecnocrática, liberal e elitizada.

A estas categorias de percepção que Arouca (2009)⁹ concluiu existir em seu estudo sobre a cultura das escolas de odontologia é possível fazer um paralelo com o que chamamos neste estudo de “norma social elitizada”, que determina regras sociais implícitas ou explícitas, por vezes institucionalizadas. Uma norma social legitimada por uma afirmação de poderes se transforma em um controle social que pode gerar as violências nas relações assimétricas e hierarquizadas¹⁰. Esta “norma social elitizada”, que se revela durante esta análise, explica a origem de algumas violências, revestidas de exclusão social, abusos de poder, preconceito, entre outros.

Todo mundo fala que odonto é curso de rico, e é! [...] E voce vê que a pessoa que tem uma necessidade maior, ela se sente meio constrangida, meio deslocada [...] (FABIANA)

Quando a aluna afirma que seu curso é de rico, está se referindo menos à situação socioeconômica de cada estudante e mais a uma manutenção da cultura de um curso e uma profissão que conferem alto *status* social.

E quando temos estudantes que fogem ao chamado perfil “padrão ouro” de um curso com alto *status* social? Para responder isto, trago a fala de MILA, uma aluna negra, cotista, de baixa condição socioeconômica. Ela é considerada uma aluna de destaque, por seus colegas e por alguns professores. Tem boas notas, tem interesse, envolve-se em projetos. Este perfil de MILA vai ao encontro dos resultados encontrados por Almeida Filho (2008)¹¹ ao verificar o sucesso do desempenho acadêmico de cotistas na Universidade Federal da Bahia. MILA descreve como foi apresentar-se para a sua turma, no início da faculdade:

[...] Eu tava tão empolgada que tinha chegado aqui e (na apresentação pública para a turma) falei que não foi fácil chegar aqui... E todo mundo assim (olhando quieto pra ela) Doida eu! Porque é outra coisa! Pra eles, se apresentar é: Ah, meu nome é fulano, eu estudei no Ph, estudei no Salesiano não sei das quantas e estou aqui. Eu: eu estudei num colégio público, fiz o pré-vestibular comunitário, foi difícil pedir cota, tô aqui. É outra lição! Seria interessante, mas você é mal visto. (MILA)

Houve ali um desinvestimento na identidade social e cultural de MILA, na medida em que ela não pode exercer plenamente sua identidade, por estar em um ambiente que reproduz uma norma social elitizada, com menos espaço para uma estudante que não se enquadra nestes padrões. O significado subjetivo do que é não se sentir reconhecido ou pertencente àquele grupo acaba se tornando, na universidade, uma reprodução da exclusão social da sociedade. A esse respeito Teixeira (1998)¹² nos informa, a partir dos resultados de seu estudo, que o preconceito e a discriminação continuam dentro da universidade e, dependendo do *status* do curso, é ainda maior. Parece que este resultado ainda persiste, quase 20 anos depois, e devemos nos atentar para isto durante a implantação da política de cotas.

Em contrapartida, as próximas falas de MILA demonstram o valor que a formação em saúde pode ganhar com a presença de estudantes de classe social baixa, que sabem o que é usar o serviço público de saúde e conhecem a realidade que leva a uma má condição de saúde:

Os estudantes de classe social mais baixa conseguem entender o outro lado, sabe? [...] pessoas (de classe mais alta) nunca foram a um serviço público! (MILA)

[...] porque eu já vi outras pessoas da minha turma, tá lá atendendo o paciente: “caraca, essa pessoa não escova o dente não?! Que horror!” [...] Mas você tem que saber a realidade de vida daquela pessoa, sabe? [...] (MILA)

As vivências distintas de estudantes de diferentes origens sociais fazem com que formem diferentes olhares e relações com os pacientes. Uma prática pedagógica que amplia a diversidade e a utiliza na formação do profissional de saúde deveria valorizar estes diferentes olhares enquanto possíveis dispositivos pedagógicos. Esta é uma constatação do quanto a universidade precisa de diversidade, o quanto a formação de profissionais de saúde precisa de diversidade e o quanto a convivência com a diversidade pode ensinar os outros alunos de outras classes sociais sobre humanidades e ética em convivência com esta diversidade. Para tanto, é preciso saber transformar esta diversidade em processos pedagógicos valorados e éticos (a que chamo de afirmação da diversidade), ao invés de prevalecer uma norma social elitista que hierarquiza esta diversidade e destrói seu potencial pedagógico.

E esta professora coloca que a ausência de diversidade é prejudicial à formação universitária:

Acho que, se não tem a diversidade, eles continuam a viver no mundinho deles como uma extensão do ensino médio. Pensar, questionar, abordar as questões sociais... isso não tem! (PROF^A. ELIANE)

Qual o sentido em ter uma formação universitária que preserva um modo limitado de ver o mundo por não formar massas pensantes, críticas, sensíveis àquilo que o outro, diferente, poderá trazer?

Contudo, existe o risco dos estudantes continuarem a viver no mundinho deles, caso não ocorram dispositivos pedagógicos que promovam este pensar, este questionar... A formação do pensamento crítico pode ter a diversidade como grande oportunidade, uma vez trabalhada no processo pedagógico para desmontar o *status quo* desigual e opressor que reproduz a sociedade em que vivemos.

É uma diversidade e você vai trabalhar com ela, seja geográfica, seja social, cultural. A universidade precisa se preparar pra isso, [...]. Eu não posso manter a mesma forma que eu tinha antes, porque agora os estudantes estão verdadeiramente diferentes. Nós precisamos fazer com que se tenha uma coisa mais equânime. E aí? Como é que a gente faz? Não tem fórmula pra isso. [...] A diversidade é boa para os estudantes, para nós (professores) e para a universidade. Nos traz novos desafios. [...] (PROF. MAURO)

De fato, ainda não temos esta preparação em nossa formação de professores universitários. E os textos que abordam educação e diversidade se referem, em maior parte, à educação básica.

Novamente MILA relata experiências negativas:

Eu não estudei biologia no ensino médio. Eu fiz colégio público e não tinha professor de biologia. Eu fiz um pré- vestibular comunitário da [universidade x], aí lá que eu aprendi biologia, só que muito pouco [...] Eu

fui muito mal na prova de genética. Aí eu cheguei pro professor e disse: mas professor, eu não estudei isso no ensino médio! Ah, então o quê que você tá fazendo aqui? (Pausa de silêncio.) [...] Aí eu fui! Sozinha! Nenhum professor me ajudou [...] mas eu queria uma ajuda de como estudar. Ah, não, porque meu doutorado na Alemanha...sabe?! [...] então eu tô sabendo que eu tô com um professor muito bom aqui na minha frente que pode me ajudar, mas cadê ele? (MILA)

O que levou este professor a ter esta atitude? Por que traços identitários como classe social e raça não são considerados necessários para se ter uma prática pedagógica equitativa?

Outro questionamento a se fazer: até que ponto a posição dos docentes contra as cotas pode interferir em práticas equitativas e determinar suas atitudes com os estudantes cotistas?

A COORDENAÇÃO expressou seu depoimento desfavorável à política de cotas, porém utilizando um argumento que identifica esta política como uma penalização dos alunos que não se incluíam. E ainda não considera que os beneficiados pelas cotas assim o são porque são penalizados pelas questões de preconceito, discriminação e condição social a que estão submetidos:

Então, hoje, o SISU (Sistema de Seleção Unificada), o governo, a meu ver, ele penaliza quem tem condição de colocar o filho nas melhores escolas, por quê?! [...] Se você tem condição de colocar (seu filho) num Santo Inácio ou num outro colégio, que você paga, você banca, você prepara teu filho para fazer um segundo grau, um ensino fundamental mais com qualidade, você é penalizada, porque teu filho vai competir com aquele que já tem x vagas em colégio público [...] (COORDENAÇÃO)

Ainda não existe no curso de odontologia e, provavelmente, nos cursos de saúde de um modo geral, um debate sobre as cotas enquanto uma política de ação afirmativa, de forma que a comunidade acadêmica possa ter oportunidade de reflexões mais arrasoadas sobre esta política que já faz parte da realidade dos cursos. O debate público é um caminho necessário para desenvolver melhores argumentos sobre esta política e melhor preparar os professores para lidar com esta diversidade dos alunos cotistas, de modo que esta seja afirmada e fortalecida.

Como vimos, temos uma norma social elitista que predomina neste curso e que aumenta as iniquidades. Na medida em que se obscurece a discussão sobre as cotas, esta norma social pode vir a prevalecer e determinar escolhas sobre “quem merece e quem não merece” práticas equitativas.

E como disse um aluno:

(como é conviver com a falta da diversidade na sua faculdade? Conviver com a falta dos negros?) Eu acho isso muito prejudicial. Eu acho que as pessoas da odontologia não têm noção do que se trata o racismo no país, não têm noção nenhuma! Da violência que é, da imagem simbólica de ser negro, não têm noção. É um ambiente branco e sem respeitar a realidade das outras pessoas negras, do que elas sofrem, como elas são tratadas. Eu não tenho notícias de uma pessoa que conheça sobre o assunto. [...] (MURILO)

Diferenças étnicas e raciais fazem parte de uma história da humanidade marcada por tratamentos desiguais e desumanos, de modo que as consequências foram tão profundas que até hoje interferem no desenvolvimento das capacidades humanas fundamentais que se expressam em diferentes modos de discriminação, necessitando, portanto, de mecanismos reparatórios. Estes mecanismos tornam-se uma consequência da adoção do conceito de justiça igualitária. Eles são uma etapa necessária para que se tenha uma sociedade em que todos possam ser considerados de igual respeito, ou seja, uma sociedade justa ⁸.

Informalmente tem professores que têm preconceito (com estudantes cotistas), que vai acabar com o ensino, que diminui a qualidade dos estudantes. (PROF^A. ELIANE)

Por outro lado, um professor traz uma fala favorável às cotas por entender que a desigualdade no país é uma situação injusta que não poderá ser reproduzida na formação universitária:

Eu apoio porque a gente sabe que essas realidades, as diferenças nessas origens desses estudantes, são importantes. Eu sou a favor da cota. Nosso país ainda é muito desigual. (PROF. MAURO)

Neste contexto, um estudante colocou seu incômodo sobre pertencer a um grupo seletivo e privilegiado:

[...] porque eu percebo que o ensino no Brasil é muito elitizado e que o acesso à cultura, o acesso ao conhecimento é muito limitado. Eu me sentia privilegiado de ser um universitário, mas eu também sei que pouquíssimas pessoas têm essas experiências, experiências de contato com pessoas diferentes, com outro jeito de enxergar a vida. É um pouco triste, porque eu me sinto meio excluído, eu me sinto parte de um grupo seletivo e isso é muito esquisito para mim. (MURILO)

Ao serem perguntados sobre se acham que existe diversidade no curso, houve respostas distintas dos estudantes. Alguns, familiarizados com o olhar da norma social de seu curso, não percebem a falta de diversidade expressa pelas minorias em relação aos brancos e de classe social alta:

Eu percebo bastante diversidade, não só social, mas tudo. (CAMILO)

Tem diversidade em todos os sentidos: tem branco, negro, índio, pardo, tem gente com muito dinheiro, tem gente com pouco dinheiro, tem uns quatro ou cinco gays. (JULIA)

Percebe-se uma invisibilidade da predominância de brancos no curso de odontologia. Em 2003, houve um CENSO na universidade que verificou a distribuição dos alunos por cor ou raça, segundo o curso. Na época, 71,6% era composto por brancos, 1,2% por pretos, 21,4% por pardos, 2,7% por amarelos e 0,4% por pessoas indígenas¹³. Apesar de não ser recente, não houve sinais de grandes mudanças até os dias atuais. Veja a fala de MILA: *meu cabelo é ruim, não sei o quê. Todo mundo tem cabelo liso. O meu cabelo não é liso. (MILA)*

Estamos em um curso em que quase não há estudantes negros. Quais as influências dessa ausência na subjetividade desta minoria? MILA assume para si o estereótipo que desqualifica as características físicas do negro ao classificar seu cabelo

como “ruim”. Concomitantemente, ela chama a atenção para o fato de que todo o restante tem cabelo liso.

Esta invisibilidade da problemática da ausência de negros nas turmas passa por uma aceitação naturalizada deste fato, sem ser questionado normativamente. Não causa estranhamento que, em um país com uma grande quantidade de negros (e ainda estamos no estado do Rio de Janeiro), em uma turma de 40 estudantes, apenas existam, no máximo (sendo bastante otimista), três negros.

Por outro lado, alguns estudantes percebem esta falta de diversidade racial:

Tinha um negro, mas que saiu... e agora não tem mais.. (sente-se surpreendida com a própria constatação). Gente! É verdade! Tem gente mais morena... mas no meu ver, não tem ninguém (negro). (ELISA)

Só uma negra, e eu e mais um também, mestiço. (CLARA)

Na minha sala tem um negro e 50 estudantes. Não existe diversidade racial! Como assim? É ilusório, total, é impressionante! (MURILO)

E existe uma noção de que a boa convivência entre os colegas é suficiente para entender que a diversidade é garantida e afirmada.

Têm estudantes negros que convivem muito bem. Eu não vejo discriminação. São amigos, e que não haja na minha frente! (PROF. GERALDO)

Esta boa convivência entre colegas não é suficiente para considerar que a diversidade é afirmada e considerada como importante nos cursos. De acordo com Munanga (2000)¹⁴, vivemos nos dias atuais um novo tipo de racismo, o racismo sutil ou implícito. E complementa (p. 28):

No Brasil, o mito da democracia racial bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de “ação afirmativa” e, paralelamente, o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro.

Sobre orientação sexual, os estudantes e professores afirmam que existe bastante diversidade:

Identidade de gênero é bem conversada. Tem muito. Pra mim é tranquilo. Acho que, aqui no biomédico, eles estão conseguindo se impor pela questão de estarem assumindo isso. (PROF^A. ELIANE)

Eu percebo aqui muito homossexual. Interação tudo bem. (PROF^A. CLAUDIA)

Contudo, a falta de importância para o tema da diversidade e para as questões de justiça social a ela relacionadas ainda não é considerado relevante.

A diversidade não é aproveitada para que exista um debate com negros, sobre deficiência, sobre convívio com pessoas com deficiência, com negros, com gays, como que se dão essas relações entre profissionais e essas pessoas, não se tem. [...] apesar de poucas, existem diversidades de orientação sexual... acho que poderia gerar debates importantes. Eu acho

que é importante para poder ver se acontece algum movimento que fundamente uma posição política. (MURILO)

Diante do que foi exposto, temos claro que determinados traços identificatórios, como classe social e raça, geram experiências diferentes e desiguais no formar-se profissional de saúde. Estas desigualdades se exacerbam em um curso de *status* social alto, tal como odontologia e medicina, reproduzindo-se através de um ambiente que exclui socialmente. Tal conclusão confirma o trabalho de Teixeira (1998)¹² que demonstra que os cursos com maior *status* social promovem mais preconceito e discriminação. Neste trabalho, a autora analisou a trajetória de negros em cursos universitários. Os mecanismos e causas desta exclusão são similares com o que se observou no presente estudo.

Não podemos deixar de atentar para os aspectos subjetivos que podem operar nos estudantes negros por estarem dentro de uma norma social elitizada e branca. E as consequências subjetivas do que é, para os brancos, formarem-se profissionais de saúde em meio a nenhuma diversidade racial, já que ter um negro em uma turma de 40 alunos de um curso que configura uma posição de privilégio na hierarquia dos cursos apenas reafirma sua posição social subalternizada na sociedade.

Isto significa que, no interior de uma instituição de educação, que ainda tem a missão de formar profissionais de saúde numa perspectiva humanista, reproduz-se um modelo social que leva aqueles que estão em desvantagem a acumular ainda mais desvantagens, como exemplificado com MILA, aluna que apresenta desvantagens sociais por ser uma das poucas negras do curso. Observa-se, assim, o avesso de uma educação que deveria diminuir as desigualdades, a começar por processos pedagógicos mais inclusivos, dialógicos e equitativos.

Condição de possibilidade 2: Estar livre de preconceitos, exclusão e constrangimentos em função dos traços identitários

Esta segunda condição de possibilidade não está separada da primeira. Veremos que os desdobramentos da análise irão recair nos mesmos argumentos. Contudo, as vozes dos estudantes expressam mais diretamente as consequências de não se trabalhar a afirmação da diversidade em um curso no qual predomina uma norma social elitista.

Gênero, raça e classe social ainda são, na nossa sociedade, traços identificatórios que fazem com que as pessoas que os detêm sofram discriminação, e os aparelhos institucionais como saúde e educação têm reproduzido este quadro. Temos então a formação de profissionais de saúde reproduzindo em seu cotidiano a exclusão social, por exemplo:

Tem essa exclusão (social) sim, mas a gente não abaixa a cabeça, sabe? (MILA)

Exclusão social? Ah, claro! (MIRIAN)

Porque as pessoas sismam com ela (MILA), coitada. Ela é muito aquela aluna que senta lá na frente, ela dá muito valor ao que ela consegue, porque para conseguir foi muito difícil. Até pessoas que eu gosto, que eu convivo, não gostam muito dela. Mas é puro preconceito mesmo, de não conhecer. (FABIANA)

Nesta fala FABIANA atribui o preconceito não diretamente à classe social ou raça, mas sim ao modo de ser desta aluna que “senta lá na frente”, que pergunta tudo para o professor, que estuda muito. Esta estigmatização da aluna “nerd” fez com que ela fosse discriminada na turma. Gostaria de lançar luz aqui sobre a seguinte questão: se fosse uma aluna de classe social alta, branca, que tem condições de acompanhar todos os eventos sociais do curso (saídas para restaurantes, *boites*, viagens, chopada, congressos fora do Brasil etc.), esta estigmatização se aproximaria de uma exclusão social tal como ocorreu com esta aluna? Qual o peso da estigmatização para cada situação? Ocorreria preconceito?

É perceptível que os eventos sociais do curso são caros e isto faz com que estudantes de classe social baixa não participem e se percebam excluídos:

Eu não vou pro DCE, não vou pra chopada, lugar nenhum. Então eu não interajo. (MIRIAN)

[...] a relação entre os estudantes é um pouco.... Como posso dizer? Exclui um pouco determinadas pessoas, porque, como nesse curso tem muitas pessoas que têm uma condição financeira mais elevada, então exclui. Porque não vai na chopada, porque não vai a um congresso fora do Brasil... Então você acaba que é um pouco excluído por conta disso. E eu sou uma dessas pessoas [...]. (MILA)

E este professor compartilha a mesma opinião, pois consegue ter um olhar apurado para estas diferenças sociais determinando exclusão social.

Se ele não vai pra chopada, não vai pros corredores e fala pouco, então esse cara fica excluído. Às vezes, é a situação social do cara. Chega aqui na faculdade com muita dificuldade. Chega na época de comprar material, o cara pena. Tem pessoas que trabalham e, às vezes, eu tenho a impressão que essas pessoas estão um pouco marginalizadas. (PROF. MAURO)

Por exemplo, tão começando a ver a formatura, nem viram direito e essas “pats” já chegaram e falaram que não vai ficar por menos de oito mil reais pra cada um. Nem pensam nas outras pessoas que não podem pagar. (FABIANA G1)

Novamente percebe-se o predomínio de uma norma social elitizada. O “grupo das pats” é um grupo quantitativamente de baixa representatividade. Não estamos falando de uma decisão da maioria por ter uma festa de formatura tão dispendiosa, mas estamos falando de um curso que já se inscreve nesta regra e os estudantes se enquadram ou não. Ainda não existe a opção de não ter uma festa dispendiosa. Qual o papel pedagógico neste sentido? É possível trazer estas discussões para sala de aula como parte da formação humana destes futuros profissionais e como parte da formação do cidadão?

E na minha turma antiga você vê uma segregação por questão socioeconômica mesmo. É bem evidente. [...] O grupo das pats, elas se sentem superiores [...] são pessoas que não olham pro próximo [...]. (FABIANA)

Seria o grupo das alunas de classe social que se sentem superiores apenas ou os alunos que são de classe social baixa também se sentem subalternos a esta norma social estabelecida e já internalizaram isto como fato dado? Pelo que estes desdobramentos

nos trazem, temos duas coisas diferentes se relacionando em simbiose, em um cenário de estrutura social que mantém esta simbiose.

E completa sua fala assim:

[...] e o pessoal do terceiro (turma do ENEM) eu já vejo muito mais isso. São mais amigos, mais unidos, mais solidários. (FABIANA)

Por ter perdido o seu período, FABIANA mudou de turma. Por ser a primeira turma do ENEM, ela percebeu que já mudou bastante o perfil social dos alunos. Segundo ela, não é uma turma que apresenta uma diferenciação social: *O pessoal do ENEM não tem isso. Eles levam quentinha e é um pessoal mais consciente, com certeza. (FABIANA)*

FABIANA comenta que até agradece por ter repetido de período, pois agora consegue ter uma convivência melhor com esta turma, identifica-se com eles e estabelece mais vínculos de amizade. Seu desempenho acadêmico também está melhor pela relação solidária que ali se formou. É interessante termos esta percepção desta aluna, já que foram ganhos gerados apenas pela mudança do perfil de classe social da turma.

Este professor menciona o quanto o meio acadêmico pode gerar injustiças sociais ao invés de diminuí-las:

[...] A sociedade é preconceituosa e o movimento acadêmico não foge à regra. Até pelo contrário. Em determinadas situações é até mais preconceituoso ainda. [...] homossexuais nem tanto, mas negros e mulheres já percebi sim eles mais vulneráveis e mais vitimizados nestas situações. [...] Você perguntou se eu já presenciei (preconceito, discriminação). Já! Não é freqüente, mas acontece. (PROF. CARLOS)

Os próximos relatos de dois estudantes de uma mesma turma, que estavam no segundo período na época da entrevista, comentam sobre um grupo de alunos da turma deles que faziam comentários preconceituosos quanto a traços como raça, orientação sexual e classe social. Ressalta-se que a ocorrência destes acontecimentos não é de conhecimento dos professores. A conformação do curso não gera espaço para que estas questões sejam debatidas ou incluídas dentro das necessidades que devem ser tratadas ao longo da formação:

[...] tinham algumas coisas bem preconceituosas sim a nível de polícia mesmo. A pessoa falando de um outro garoto que trancou a matrícula, aí ele era negro, aí eles fazendo comentários racistas mesmo, pesados. (INGO)

[...] são um pouco preconceituosos quanto à classe e sexualidade, mas eles acabam sendo excluídos, porque ninguém é preconceituoso [...] isso é crime, a pessoa chamar o outro de orangotango? Isso é crime! (ELISA)

Outra situação relatada sobre comentários preconceituosos entre os alunos:

Eu conheço uma moça que ela nasceu com uma deformidade nas mãos. Não é da minha turma. E que é motivo de chacota entre os estudantes, de ser chamada de “handloose”. Ela não é a moça, é a “handloose”. Ela não é a moça, é o “siriguejo”, um negócio do Bob Esponja, que é um personagem do carangueijo. (MURILO)

Outra questão abordada durante as entrevistas, para esta pesquisa, foi sobre orientação sexual. Apesar de perceber uma certa trivialização de brincadeiras heterocentradas, a homossexualidade é considerada pelos estudantes como algo bastante aceito entre os colegas:

Tem (diversidade). Tem homossexual. Eu não vejo preconceito da turma, nem dos meninos. Os meninos têm umas brincadeirinhas assim: ai, seu viado, não sei o quê, mas ele não se importa. Ele permite brincar assim. Acho que não incomoda ele. (TERESA)

Estes professores descrevem como agem ao ouvir *piadas inoportunas*, ou ao presenciar situações de exclusão de determinado colega. Para eles, faz parte de seu papel como educador intervir:

Quando são piadas inoportunas eu interfiro. Eu não deixo. Porque eu não admito chacota. Não tô falando de estudante com estudantes só não. Tô falando de qualquer indivíduo. [...] Falo: “Ei! Não é essa relação que eu quero aqui não!” (PROF. GERALDO)

Na última turma, nós tivemos um estudante que teve muitas dificuldades ao longo do período com problemas pessoais e tal, até repetiu a disciplina com a gente. E ninguém queria o cara no grupo. [...] Eu intervi.. E eu falei:” vocês não devem falar isso pra pessoa porque a pessoa se sente excluída. Como você se sentiria se fosse com você? Por que é uma pessoa que repetiu? Uma pessoa que talvez esteja em uma situação diferente? Qual é a diferença? [...] As pessoas vivem de oportunidade e é uma ótima oportunidade vocês acolherem um colega que vocês não têm a menor ideia do que está acontecendo com ele.” Aí tranquilo! Isso levou a uma reflexão! Não tenho dúvida. Mas isso podia passar despercebido pelos professores, porque você pode estar num trabalho em grupo, na sua mesa, no seu computador, deixando os grupos trabalharem, você pode também estar no seu celular, respondendo isso ou aquilo, mas você não está olhando os estudantes. (PROF. MAURO)

Estes são dispositivos pedagógicos para a afirmação da diversidade, que podem ser entendidos como parte da formação ética dos estudantes. Para isso, demanda-se um professor atento e sensível a estas questões.

Considerações Finais

Os relatos nos fazem perceber que o padrão de discriminação na sociedade é reproduzido no interior até mesmo de uma instituição de educação universitária que forma profissionais de saúde. Encontramos questões de discriminação, preconceito e dificuldades na produção de práticas equitativas e afirmadoras da diversidade relacionadas a alguns traços identitários como racial, social, de orientação sexual e de pessoas com deficiência. Não se percebe, ainda, uma proposta de trabalhar esta diversidade de forma que possa fazer parte da aprendizagem ética do futuro profissional de saúde.

Vimos que os alunos que têm uma condição social mais baixa também são os mesmos alunos que demonstraram já ter entrado no curso com a experiência da

alteridade, com um olhar sensível ao outro. Não devemos assumir isto como regra definidora, por suposto, entretanto, parece-nos que as experiências de conviver em diversidade são potencialmente transformadoras de uma visão de mundo e, conseqüentemente, de modos de atuar como profissional de saúde perante as injustiças sociais, o que justifica afirmar esta diversidade nos seus arranjos institucionais e educacionais. Torna-se um compromisso da universidade operar suas estruturas de modo democrático e justo, especialmente na formação de profissionais de saúde que, com sua atuação profissional, possam agir diretamente nestas estruturas sociais, desde que sejam éticos e socialmente comprometidos.

Referências bibliográficas

1. Muller, M., Knauth, D. R. Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é “babado”? *Cadernos EBAFE2*. 2008; 6(2): 1–14.
2. Costa, C.; Dias, M.C.; Ribeiro, C.D.M. Análise do processo transexualizador à luz da perspectiva dos funcionamentos. In: DIAS, M.C. (Org.). *A perspectiva dos funcionamentos: Por uma abordagem moral mais inclusiva*. Rio de Janeiro: Pirilampo, 2015. p. 129-154
3. Cerqueira-Santos et al. Percepção de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, transexuais e travestis do Sistema Único de Saúde. 2010; *Rev. Interam. Psicol.* 44 (2): 235-245.
4. Kalckmann, S. et al. Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS? *Saúde e Sociedade*. 2007; 16 (2): 146–155.
5. Madsen, N; Abreu, M. (Orgs.). *Tolerância Institucional contra as Mulheres Brasília: CFEMEA: Fundo para Igualdade de Gênero da ONU Mulheres e Ministério das Relações Exteriores da Holanda*, 2014.
6. Oliveira, A. O. et al. Equidade só no papel? Formas de preconceito no Sistema Único de Saúde e o princípio da equidade. *Rev. Psicol. Am. Latina*. 2012; 23: 47-64.
7. Keinert, T; Rosa, T E.C. Direitos humanos, cidadania e preconceito institucional na área de saúde: a necessidade de capacitação para a mudança. *Boletim do Instituto de Saúde*. 2009; n. 48.
8. Dias, M.C. (Org.). *A perspectiva dos funcionamentos: Por uma abordagem moral mais inclusiva*. Rio de Janeiro: Pirilampo, 2015. p.37-56
9. Arouca, R. H. C. O que se ensina aos futuros cirurgiões-dentistas? Um estudo de caso etnográfico sobre currículo e práticas escolares em Odontologia, 2009. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fiocruz.
10. Zaluar, A. & Leal, M. C. Violência extra e intramuros. *Rev. Bras.Ciências Soc.* 2001; 16 (45): 145–164.
11. Almeida Filho, N. Universidade nova no Brasil. In: Santos, B.S.; Almeida Filho, N. *A universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: Almedina, 2008. p. 107-257.

12. Teixeira, M.P. Negros em ascensão social: trajetórias de alunos e professores universitários no Rio de Janeiro. 1998. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.
13. Brandão, A.A.P.; Teixeira, M.P. (Orgs.). Censo Étnico-Racial da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal de Mato Grosso - Dados preliminares. Niterói: EdUFF, 2003.
14. Munanga, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Brandão, A.A.P. (Org.). Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. EdUFF, 2000.
15. Brandão, A.A.P. (Org.). Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. EdUFF, 2000.
16. Santos, B.S.; Almeida Filho, N. A universidade no século XXI: para uma universidade nova. Coimbra: Almedina, 2008. p. 107-257.